

Água para o DF

São preocupantes as perspectivas que se abrem para a população do Distrito Federal, posta diante do grave problema do abastecimento d'água, vive-se a iminência de sofrer a capital da República novos desconfortos na próxima estiagem, na hipótese de persistirem bloqueados os acessos a fontes financeiras para ampliar os sistemas geridos pela Companhia de Água e Esgotos de Brasília.

Segundo o dirigente da Caesb, o Distrito Federal poderá defrontar-se com a imposição de um racionamento, levando-se em conta um déficit já levantado de perto de 2400 litros por segundo no período de carência de chuvas.

São causas maiores do problema o constante aumento populacional e a falta de financiamento para as obras de ampliação da capacidade de adução do reservatório do Descoberto para reforçar a rede distribuidora. Duplicar sua carga líquida é imperativo inadiável, juntamente com os complexos mecânicos de bombeamento para os recalques indispensáveis.

Os recursos destinados ao financiamento das obras e instalações deverão ser renegociados junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, tendo em vista as reduções havidas no orçamento do DF, oficiadas, compulsoriamente, pela Splan por força da Operação Desmonte. A contrapartida brasileira será assegurada pela Caixa Econômica Federal, e os entendimentos nesse sentido prosseguem através dos contatos mantidos entre o governo

local e a Comunidade Econômica Europeia.

O abastecimento d'água da capital brasileira e de suas cidades-satélites tem estudos completados desde a administração Plínio Cantanhede e posteriormente confirmados na gestão do engenheiro Wadjô Gomide como prefeito do Distrito Federal. Os problemas de fornecimento de água e da implantação da rede de esgotos, desde há muito, estão nas prateleiras do Palácio do Buriti. Os cronogramas estabelecidos ajustam-se a previsões sobre a crescimento da população e a consequente pressão de demanda. Os acréscimos de áreas urbanas e a inchaço demográfica da capital do País, pelos movimentos migratórios ocorrem continuamente. Agora, com as novas moradias de Samambaia e da Cellândia, além da oferta de novos lotes urbanizados, o consumo deverá crescer de 360 para 500 litros por habitante, diariamente.

Urge pois agir e reagir em tempo hábil. E dentro de tal contingenciamento o governo Roriz já orienta a sua ação, preocupado em evitar que o brasiliense seja privado de um serviço básico.

E da parte do Governo Federal, mesmo em tempos de apertos generalizados distribuídos por toda a sociedade num esforço extremo para contornar a crise econômica renitente e rebelde, espera-se pronta atitude em favor de Brasília numa questão vital como a da água. Afinal, a cidade abriga os Poderes da República e por isso merece todo o apoio da União.